

# REFLEXÕES SOBRE O ACESSO ABERTO

## Reflections on open access

 Francieli Ariane Lehnen Muck<sup>a</sup>

 Sonia Elisa Caregnato<sup>a</sup>

**Palavras-chaves:** Acesso à informação. Publicação de acesso aberto. Comunicação e divulgação científica.

**Keywords:** Access to information. Open access publishing. Scientific communication and diffusion.

### EDITORIAL

A publicação científica ocorre, na atualidade, a partir de dois modelos principais: um com o custo de publicação atribuído aos leitores e o outro aos autores ou suas instituições. Quando o acesso é pago pelos leitores, ou seja, num modelo de assinatura, a publicação geralmente é classificada como ‘fechada’ ou ‘paga’; já para itens financiados pelo autor, instituições ou agências de fomento temos a publicação em acesso aberto (OA)<sup>1</sup>. Poder-se-ia acrescentar aqui, e várias revistas brasileiras de OA exemplificam, que existem casos em que as taxas aos autores e/ou instituições não são uma condição para a publicação – o que não quer dizer que esta não implique em custos, uma vez que sua edição envolve recursos humanos, financeiros e equipamentos oriundos das instituições que editam as revistas, geralmente Universidades ou Centros de Pesquisa.

Neste sentido, é importante considerar que o OA caracteriza uma mudança de paradigma na comunicação da ciência e sua origem esteve associada a um movimento que vai de encontro a comercialização da produção científica e ao encontro do entendimento de que a disponibilização das publicações em OA amplia o impacto<sup>2</sup>. A partir da crise dos periódicos na década de 1980, caracterizada pelo aumento do valor das assinaturas dos periódicos e impossibilidade de manutenção destas pelas instituições, o movimento pelo OA entre os pesquisadores ganhou fôlego em âmbito mundial.

Para adaptar-se ao novo modelo de comunicação da ciência – e explorar a publicação em OA, as editoras comerciais redesenharam seus modelos de negócios, viabilizando acesso gratuito aos leitores e direcionando os custos de publicação aos autores e suas instituições – o que caracteriza uma inversão em relação ao modelo anterior. Além das publicações tradicionais em assinatura, grandes editoras são responsáveis atualmente por: a) periódicos híbridos – baseados no acesso por assinatura e com possibilidade de OA para artigos individuais mediante pagamento pelo autor; e b) periódicos de acesso totalmente aberto no modelo *author-pays* – publicam artigos apenas em OA com receita obtida a partir de tarifas aos autores ou seus financiadores<sup>3</sup>. O modelo de negócios mais comum atualmente é o híbrido<sup>4</sup>, que se beneficia de pagamento duplicado, uma vez que os editores recebem a partir das assinaturas e também na publicação de itens individualmente em OA<sup>5</sup>. Ou seja, as instituições de pesquisa estão, em muitos casos, financiando o acesso às publicações por assinatura e, também, pagando *Article Processing Charge* (APC) para publicação em OA<sup>6</sup>.

Considerando o duplo pagamento no modelo híbrido, alguns autores defendem a necessidade de conversão deste para um modelo totalmente baseado em OA<sup>6</sup>. O que vai ao encontro das proposições do Plano S que foi endossado por muitas agências europeias<sup>7</sup> e que representa uma iniciativa de consórcio formada por agências de financiamento de países europeus em prol da publicação em OA<sup>8</sup>. Hoje muitas agências de financiamento, instituições de pesquisa e universidades têm desenvolvido mandatos de OA visando alcançar a disponibilização livre das pesquisas que financiam/desenvolvem seja pela via dourada ou verde<sup>7</sup>. No Plano S, por exemplo, estipulou-se que financiadores não cobrirão APCs de periódicos

<sup>a</sup>Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brazil

híbridos, exceto se estes integrarem um acordo transformativo com finalidade de oferecer um modelo baseado apenas em OA. Nesses casos, a APC será financiada somente até 2024<sup>9</sup>. Outro aspecto abordado pelo Plano S é que direitos autorais não podem ser repassados aos editores, permanecendo com autores e instituições, além da obrigatoriedade de uma licença aberta na publicação<sup>7</sup>.

Cada vez mais, em âmbito global, adotam-se políticas mandatórias por agências de fomento à pesquisa para garantir OA. As agências da área da saúde foram protagonistas neste processo, a exemplo da *National Institutes of Health*, dos EUA, e do *Canadian Institutes of Health Research* que implementaram políticas mandatórias já em 2008<sup>10</sup>. No Brasil, porém, não há uma política mandatória nas agências federais, e o conhecimento custeado pelo Estado não necessariamente está acessível de forma aberta na internet a outros pesquisadores e cidadãos em geral.

Um ponto crítico quanto ao OA financiado por APC se refere ao poder de veto ou censura, exercido através de limitações econômicas impostas sobre a divulgação de um trabalho, ao se condicionar a publicação ao pagamento de taxas<sup>11</sup>. É preciso considerar que a reputação da revista, o poder e a idade das editoras no mercado editorial, a publicação híbrida e a concentração de disciplinas são fatores influentes sobre as taxas para publicação de artigos<sup>12</sup>. As APCs – que podem inclusive variar de acordo com o Fator de Impacto (FI) do periódico – podem ampliar as desigualdades de publicação entre pesquisadores do Norte e Sul Global, os últimos, nos quais os brasileiros estão incluídos, historicamente, têm menor contribuição na produção de conhecimento global. O Norte, por outro lado, tem maior concentração de editoras, financiadores de pesquisa e comitês editoriais<sup>4</sup>.

Hoje muitos editores já publicam periódicos em OA a partir da cobrança de APCs<sup>13</sup> para o que cabem algumas reflexões:

1. se expandidos os conceitos OA e acesso fechado, nas revistas no modelo de assinatura têm-se um ‘acesso aberto ao autor’; embora ‘fechado ao leitor’; e nas de OA via APC essa abertura é oferecida ao leitor, mas não ao autor, uma vez que pode se condicionar a publicação ao pagamento de taxas<sup>1</sup>. Quão aberta é a publicação no último caso?
2. se para gerar renda, alguns editores podem realizar publicações predatórias, promovendo revisões inadequadas<sup>13</sup>, como combater esse tipo de publicação em OA?
3. quem irá financiar a publicação?

Não há respostas fáceis e muitas considerações precisam ser levantadas pela comunidade acadêmica. Ao escolher um periódico, cabe ao pesquisador a difícil tarefa de avaliar o FI, a publicação em OA ou permissão de arquivamento, licenças e recursos para custear o acesso a sua produção a partir das APCs. Ou seja, numa perspectiva em que cada revista determina seu APC e onde as mais conceituadas tendem a requerer taxas superiores, o pesquisador, para alcançar impacto em periódicos internacionais e já consolidados, pode acabar por escolher aqueles em acesso fechado por não contar com financiamento para a publicação ou, no caso brasileiro, em publicar em periódicos nacionais de acesso aberto, sem APCs ou com APCs reduzidas, com menor reconhecimento em âmbito global, logo, menor cobertura em bases de dados bibliográficas e menor impacto. Esta realidade tende a ser mais perversa com pesquisadores de países em desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- 1 BAUTISTA-PUIG N, LOPEZ-ILLESCAS C, DE MOYA-ANEGON F, GUERRERO-BOTE V, MOED HF. DO JOURNALS FLIPPING TO GOLD OPEN ACCESS SHOW AN OA CITATION OR PUBLICATION ADVANTAGE? SCIENTOMETRICS. SPRINGER NETHERLANDS; 2020 SEP 13;124(3):2551–75.
- 2 BAPTISTA AA, COSTA SM DE S, KURAMOTO H, RODRIGUES E. COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: O PAPEL DA OPEN ARCHIVES INITIATIVE NO CONTEXTO DO ACESSO LIVRE. ENCONTROS BIBLI REV ELETRÔNICA BIBL E CIÊNC INFORMAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC); 2007;12(ESP):1–17.
- 3 LAAKSO M. GREEN OPEN ACCESS POLICIES OF SCHOLARLY JOURNAL PUBLISHERS: A STUDY OF WHAT, WHEN, AND WHERE SELF-ARCHIVING IS ALLOWED. SCIENTOMETRICS. 2014;99(2):475–94.
- 4 DEMETER M, ISTRATII R. SCRUTINISING WHAT OPEN ACCESS JOURNALS MEAN FOR GLOBAL INEQUALITIES. PUBL RES Q. SPRINGER; 2020;36:505–22.
- 5 MORILLO F. IS OPEN ACCESS PUBLICATION USEFUL FOR ALL RESEARCH FIELDS? PRESENCE OF FUNDING, COLLABORATION AND IMPACT. SCIENTOMETRICS. SPRINGER NETHERLANDS; 2020 OCT 1;125(1):689–716.
- 6 MADDI A. MEASURING OPEN ACCESS PUBLICATIONS: A NOVEL NORMALIZED OPEN ACCESS INDICATOR. SCIENTOMETRICS. SPRINGER NETHERLANDS; 2020 JUL 1;124(1):379–98.
- 7 MERING M. OPEN ACCESS MANDATES AND POLICIES: THE BASICS. SER REV. ROUTLEDGE; 2020 APR 2;46(2):157–9.
- 8 PLAN S AND COALITION S: ACCELERATING THE TRANSITION TO FULL AND IMMEDIATE OPEN ACCESS TO SCIENTIFIC PUBLICATIONS [INTERNET]. 2021 [CITED 2021 MAY 11]. AVAILABLE FROM: [HTTPS://WWW.COALITION-S.ORG/](https://www.coalition-s.org/).
- 9 WISE A, ESTELLE L. HOW SOCIETY PUBLISHERS CAN ACCELERATE THEIR TRANSITION TO OPEN ACCESS AND ALIGN WITH PLAN S. LEARN PUBL. WILEY-BLACKWELL; 2020 JAN 1;33(1):14–27.
- 10 ZHANG L, WATSON EM. MEASURING THE IMPACT OF GOLD AND GREEN OPEN ACCESS. J ACAD LIBRARIANSH. ELSEVIER LTD; 2017 JUL 1;43(4):337–45.
- 11 PERIANES-RODRÍGUEZ A, OLMEDA-GÓMEZ C. EFFECTS OF JOURNAL CHOICE ON THE VISIBILITY OF SCIENTIFIC PUBLICATIONS: A COMPARISON BETWEEN SUBSCRIPTION-BASED AND FULL OPEN ACCESS MODELS. SCIENTOMETRICS. SPRINGER NETHERLANDS; 2019 DEC 1;121(3):1737–52.
- 12 BUDZINSKI O, GREBEL T, WOLLING J, ZHANG X. DRIVERS OF ARTICLE PROCESSING CHARGES IN OPEN ACCESS. SCIENTOMETRICS. SPRINGER NETHERLANDS; 2020 SEP 1;124(3):2185–206.
- 13 ASAI S. MARKET POWER OF PUBLISHERS IN SETTING ARTICLE PROCESSING CHARGES FOR OPEN ACCESS JOURNALS. SCIENTOMETRICS. SPRINGER NETHERLANDS; 2020 MAY 1;123(2):1037–49.